

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Energia direto da fonte](#) 2

Valor Econômico

[Título: Texto da reforma do setor elétrico sai nos próximos dias, diz EPE](#) 25

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Energia direto da fonte 2

Título: Eletrobras aprova venda de seis distribuidoras 5

Título: Governo pede que Cade investigue combustíveis 6

Título: Notas 7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 7

Título: Eletrobrás aprova venda de distribuidoras 7

Título: PF e Cade vão se unir para investigar cartéis em postos de combustível 9

Autor: Mônica Scaramuzzo e Fátima Laranjeira 11

Título: Sócios fazem acordo em disputa na Usiminas 11

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 12

Título: Hidrelétricas devem pagar menos por deficit	12
Título: Após críticas, Petrobras anuncia maior corte de preço em 3 meses.....	13
Título: Eletrobras assume dívida de distribuidoras.....	14
VEÍCULO: Correio Braziliense	15
Título: Inflação de janeiro é a menor desde Plano Real.....	15
Título: Governo aciona Cade contra cartéis.....	17
Título: Petrobras abre 666 vagas	18
Título: Eletrobras aprova vendas	18
Título: Contradição em plena crise hídrica	19
VEÍCULO: Valor Econômico	22
Título: Receita com royalties sobe e ajuda a conter déficit	22
Título: Texto da reforma do setor elétrico sai nos próximos dias, diz EPE	25
Título: Governo pede ao Cade investigação sobre cartel no setor de combustível	26
Título: Planalto tenta acelerar privatização da Eletrobras.....	26
Título: Pré-sal abre espaço para produção fora da Petrobras	27
Título: Nippon e Ternium encerram conflito de 5 anos na Usiminas	30
Título: Assembleia aprova venda de distribuidoras da Eletrobras	32
Título: Parapanema vai elevar uso de matéria-prima de terceiros	33
Título: Curtas	35
Título: Lucro da São Martinho cresce 3 vezes.....	36
Título: Custo alto encolhe emissão externa da CSN.....	37

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Energia direto da fonte

Reforma do setor elétrico permitirá que empresas comprem dos geradores, o que reduzirá custos.

Após encaminhar ao Congresso Nacional a privatização da Eletrobras, o governo prepara uma ampla reforma na legislação do setor elétrico, com foco principalmente na forma como a energia é comercializada. A mudança mais importante será no mercado livre, no qual consumidores podem adquirir

energia diretamente dos geradores. O projeto também inclui uma proposta para resolver o impasse bilionário do risco hidrológico (quando as usinas hidrelétricas produzem energia abaixo do previsto em contrato). E vai estender para transmissoras de energia, além da Eletrobras, um novo modelo para a indenização devida desde 2012. A reforma praticamente desmonta as mudanças adotadas durante o governo de Dilma Rousseff. As mudanças previstas no mercado livre de energia devem beneficiar principalmente pequenas empresas e estabelecimentos comerciais. Segundo estimativas do setor, se as mudanças forem aprovadas no Congresso, até 24 mil empresas poderiam migrar para este mercado, com um potencial de redução de custos de energia de R\$ 2 bilhões por ano.

No modelo brasileiro, a venda de energia é dividida entre dois tipos de mercado: o regulado (no qual os consumidores são abastecidos por meio das distribuidoras) e o livre. É este último que o governo quer alterar e permitir uma abertura lenta e gradual até 2026. No mercado livre, os contratos de compra e venda são negociados livremente entre consumidores e geradores. É possível, portanto, escolher de quem se vai comprar a energia. Nessa negociação, são definidos preço e duração dos contratos, de forma a tornar a compra da energia mais vantajosa para os consumidores. Atualmente, há dois tipos de consumidores livres: os tradicionais e os especiais. No primeiro grupo, estão grandes consumidores, com contratos de energia acima de 3 mil quilowatts (kW), como montadoras, siderúrgicas e outras grandes indústrias. No grupo dos especiais, o contrato é de 500 kW a 3 mil kW. São empresas de pequeno e médio portes — como shoppings, supermercados e hotéis.

SAÍDA À INADIMPLÊNCIA DAS HIDRELÉTRICAS

Agora, o governo decidiu abrir o mercado livre para todos os consumidores de alta tensão até 2026. Esse limite também deve recuar para 1 megawatt (mW) em 2020. A proposta é que os limites sejam reduzidos ano a ano, até chegar ao piso de 75 kW em 2026, ou uma conta mensal de cerca de R\$ 15 mil nos valores de hoje. Isso vai permitir que pequenos comércios passem a contratar energia diretamente dos geradores. Dessa forma, o consumidor escolhe de quem vai contratar a energia, e dá direito a uma negociação de duração de contratos e de valores — o que deixa o preço da energia mais barato. A explicação de técnicos do governo é que essa abertura gradual vai garantir a sustentabilidade do modelo. Apesar de ampliar o alcance, o governo decidiu não contemplar o consumidor residencial e de baixa tensão. O argumento é que não há dados que permitam avaliações mais profundas sobre o benefício em incluí-lo e falta informação a respeito do mercado livre. Por outro lado, o governo deve incluir um item na reforma para conduzir estudos sobre os efeitos de uma eventual abertura total do mercado, incluindo consumidores residenciais. A Associação

Brasileira de Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel) fez projeções baseadas em uma abertura parcial do mercado livre até 2028.

Segundo o estudo, as mudanças propostas permitiriam a migração de cerca de 24 mil empresas, com potencial de economizar R\$ 2 bilhões por ano — uma redução custos de cerca de 15% em relação ao que é pago às distribuidoras. A proposta está sendo finalizada pela equipe técnica do **Ministério de Minas e Energia** e deve ser encaminhada ao Congresso por meio de projeto de lei ainda neste mês. As linhas gerais do texto foram colocadas em consulta pública que recebeu dezenas de contribuições. Alguns pontos da reforma, contudo, já foram incluídos no projeto de lei que trata das regras para a privatização da Eletrobras. É o caso de mudanças no contrato de usinas que tiveram as concessões renovadas durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff. O governo também incluiu na proposta os termos de um acordo para acabar com uma disputa bilionária em torno do risco hidrológico. Esse texto deveria ter sido publicado junto com a medida provisória 814, que permite a privatização da Eletrobras, mas acabou não saindo. Historicamente, as hidrelétricas geravam energia acima do mínimo previsto nos contratos.

Quando isso acontecia, elas vendiam o excedente no próprio mercado regulado ou a consumidores no mercado de curto prazo, no qual a energia é mais cara. Desde 2013, porém, com a seca e a escassez de água nos reservatórios, as hidrelétricas geram energia abaixo do mínimo previsto, tendo de comprar a diferença no mercado livre para honrar os contratos. Com o aumento da demanda, o preço dessa energia disparou; algumas geradoras entraram na Justiça e conseguiram liminares para não ter de pagar parte dessa conta adicional. Essas ações judiciais têm feito com que liquidações de operações do mercado de eletricidade realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) apresentem elevados níveis de inadimplência desde meados de 2015. As liquidações promovem pagamentos e recebimentos entre as empresas. Na operação referente a dezembro, a CCEE arrecadou R\$ 1,97 bilhão dos R\$ 9,49 bilhões contabilizados. Do valor não pago, R\$ 6,04 bilhões (64%) estão relacionados com liminares do risco hidrológico.

O projeto traz os termos de um acordo para que as ações se encerrem, e o mercado seja destravado. O projeto permite estender por até 15 anos as concessões de usinas que decidam aderir à proposta e desistam das ações na Justiça. O Executivo quer tirar do risco hidrológico, de forma retroativa, o que não está relacionado com falta de chuvas. É uma compensação por medidas adotadas por governos anteriores que não estavam relacionadas à seca, como as limitações de transmissão de energia por atrasos em obras e subsídios dados às usinas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte. Neste caso, para obter o menor preço no leilão e tentar reduzir a tarifa, o governo permitiu que elas vendessem mais energia do que produziam à custa de outras hidrelétricas. A outra

compensação será pela situação que ocorre quando o governo obriga as usinas a produzirem menos energia do que poderiam para preservar reservatórios. O projeto também inclui a possibilidade de que as tarifas de energia elétrica de todos os consumidores do país variem de acordo com o horário do consumo da eletricidade nas residências e no comércio.

A intenção é implementar tarifas mais caras nos horários de pico de consumo, como no fim da tarde, e preços mais baixos nos momentos em que a demanda por eletricidade é menor, como na madrugada. Essa medida está sendo implementada, aos poucos, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas não é prevista na legislação do setor. O governo decidiu, ainda, estender para outras transmissoras além da Eletrobras uma mudança na forma como são pagas as indenizações devidas desde 2012, durante o governo Dilma. A dívida bilionária que os consumidores de energia pagam mensalmente a transmissoras poderá ter seu prazo prorrogado de oito anos para até o fim das concessões, em 30 anos. Na prática, isso reduziria a parcela paga por ano, mas pode ampliar o valor total desembolsado em até R\$ 30 bilhões por causa das correções monetárias, como mostrou O GLOBO na semana passada. Hoje, essa mudança está atrelada ao processo de privatização, mas o Executivo vai permitir a adesão de outras concessionárias — como Cemig, Cteep e CEEE.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Eletrobras aprova venda de seis distribuidoras

Estatual vai assumir dívidas das subsidiárias, que podem chegar a R\$ 19,7 bilhões.

A Eletrobras decidiu ontem, em Assembleia-Geral Extraordinária (AGE), vender as seis distribuidoras de energia da empresa localizadas no Norte e Nordeste do país. A estatal vai assumir as dívidas dessas subsidiárias, com o objetivo de viabilizar o processo. O valor pode chegar a R\$ 19,7 bilhões, a depender de entendimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Justiça sobre obrigações ou possíveis direitos referentes a fundos setoriais. Com isso, o governo “limpa” as empresas, o que facilita encontrar compradores interessados. A decisão de ontem era considerada fundamental para viabilizar a posterior privatização da própria Eletrobras. Altamente deficitárias, endividadas e com problemas operacionais, as empresas serão vendidas a um valor simbólico de R\$ 50 mil cada uma. Se não encontrar compradores, elas podem ser fechadas. O governo anunciou em agosto do ano passado um plano para privatizar a Eletrobras como um todo, até o fim de 2018.

O projeto, no entanto, envolve a venda das subsidiárias de distribuição em Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí antes, uma vez que essas empresas atrapalhariam o interesse de investidores no negócio. Dos R\$ 19,7 bilhões, R\$ 11,24 bilhões foram assumidos como dívida pela Eletrobras na assembleia de ontem. Os demais R\$ 8,477 bilhões são considerados incertos e podem se tornar créditos ou dívidas, a depender do andamento de ações na Justiça e na Aneel. Para o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., a medida provisória 814, que autoriza a venda da estatal, traz uma solução para a totalidade desses valores, permitindo que as dívidas virem créditos. A decisão da assembleia seguiu o voto da União, que tem participação de mais de 60% da empresa. Mas acionistas majoritários votaram “massivamente” nessa posição, segundo uma fonte.

R\$ 7,8 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

Os novos investidores serão obrigados a assumir compromissos de investimentos no valor de R\$ 7,8 bilhões nessas empresas. As distribuidoras pertenciam a governos estaduais, mas foram assumidas pela Eletrobras no fim da década de 1990. A intenção era privatizá-las em seguida, mas elas ficaram quase 20 anos nas mãos da Eletrobras. Nesse período, elas geraram prejuízo de, pelo menos, R\$ 23 bilhões. Ontem, na B3, as ações da Eletrobras avançaram 2,75%, no caso das preferenciais, e 2,81%, no das ordinárias. A assembleia foi marcada por protestos de sindicalistas e de movimentos sociais contrários à privatização. Funcionários da Eletrobras também participam da manifestação. A reunião estava prevista para começar às 14h, na sede da Eletronorte, na região central de Brasília, mas só começou por volta das 17h30m. Devido ao protesto, o encontro foi feito por meio de videoconferência — inicialmente, a reunião seria presencial. A entrada do prédio chegou a ser bloqueada, e acionistas da empresa foram impedidos de entrar no prédio, que também abriga um shopping. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bárbara Nascimento, Ramona Ordoñez e Martha Beck

Título: Governo pede que Cade investigue combustíveis

Planalto quer verificação sobre cartel. Redução não chega a consumidor.

Diante da constatação de que as reduções no preço dos combustíveis nas refinarias não estão sendo repassadas ao consumidor, o governo protocolou ontem ofício no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pedindo que sejam tomadas medidas para coibir práticas de cartel na venda dos produtos. A resposta foi imediata. O Cade disse que “planeja estudar, em

conjunto com órgãos parceiros, formas coordenadas e sistemáticas” de combate à prática. Segundo o Cade, há hoje oito investigações em andamento que apuram cartel na venda de combustíveis, e 17 casos similares foram julgados nos últimos 5 anos.

Também ontem, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, disse que só os aumentos foram transferidos aos consumidores, o que pode ser indício de cartéis de postos ou distribuidoras. Além do Cade, devem participar da força-tarefa o Ministério Público e órgãos de defesa da concorrência. Já as distribuidoras negam haver cartel e culpam os impostos. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Adriano Pires

Título: Notas

O problema não é o posto e, sim... o imposto “Muito se tem falado sobre os altos preços da gasolina na bomba, mas poucos consumidores sabem que, quando colocam 1 litro de gasolina no carro, 50% do valor vêm de impostos federais e estaduais. Ou seja: a razão principal dos preços altos da gasolina, hoje, são os custos dos impostos e do petróleo. Portanto, é preciso rever a política tributária que incide na gasolina, a partir do fato de que não teremos mais intervenções nos preços. O correto é reduzir impostos quando o petróleo está caro, e aumentar quando o barril estiver barato — como ocorre em países que seguem regras de mercado para os combustíveis —, e combater práticas de cartel quando for provado que existem.

A coincidência ruim é que vem promovendo essa discussão acalorada é que o fim da política do intervencionismo nos preços da gasolina, que tanto lesou a Petrobras nos governos do PT, ocorreu num momento em que o barril de petróleo foi de US\$ 40 para US\$ 70, e a carga de impostos cresceu muito em função da grave crise fiscal da União e dos estados. O que não podemos permitir é que haja um retrocesso e, para isso, é preciso que a sociedade saiba o que realmente o que está ocorrendo, porque isso explica o atual preço elevado da gasolina”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Eletrobrás aprova venda de distribuidoras

Com apoio de minoritários, governo vence diretoria da Eletrobrás e assembleia de acionistas define que dívida de R\$ 19,7 bi fica com a estatal.

A Eletrobrás aprovou ontem, em assembleia geral de acionistas, a privatização das seis distribuidoras de energia no Norte e Nordeste do País. Com 51% do capital votante, a União votou a favor da privatização de todas as empresas, conhecidas por má gestão e pelo acúmulo de dívidas bilionárias. Essa decisão era considerada fundamental para abrir caminho para a privatização da própria Eletrobrás, que deve ocorrer por meio de uma operação de aumento de capital, depois da qual a participação da União será reduzida.

Maior entrave ao processo de privatização, a dívida dessas companhias, de R\$ 19,7 bilhões, ficou integralmente com a holding. O voto contrariou a orientação da diretoria da empresa, que defendia que a Eletrobrás ficasse com R\$ 11,2 bilhões dos débitos e os restantes R\$ 8,5 bilhões fossem assumidos pelos futuros concessionários. A posição da União permitirá que as distribuidoras sejam adquiridas "limpas" pelos novos investidores. Sozinho, o governo já conseguiria aprovar a venda do controle das empresas e evitar a liquidação.

Mas acionistas minoritários deram apoio massivo ao voto da União. A avaliação era de que era melhor assumir toda a dívida do que correr o risco de não vender as empresas e, eventualmente, liquidá-las. O voto do governo foi lido pelo coordenador-geral substituto de assuntos societários da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Luiz Frederico de Bessa Fleury, e assinado pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Além da PGFN, o voto contou com a análise do Tesouro Nacional e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento. Envolvido no processo de privatização das empresas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se absteve de votar.

Protesto.

A assembleia foi marcada por protestos de sindicalistas e trabalhadores das distribuidoras, que bloquearam o acesso dos acionistas ao auditório no edifício da sede da empresa em Brasília (DF). Marcada para as 14 horas, a reunião só começou às 17h18. Devido à impossibilidade de acesso ao auditório, parte dos acionistas acompanhou as deliberações de outra sala do edifício, com transmissão ao vivo.

A assembleia – que foi aberta pelo diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Armando Casado, e encerrada pelo presidente da companhia, Wilson Ferreira Jr - chegou a ser suspensa por ameaças de invasão dos trabalhadores, mas foi retomada após a intervenção de policiais militares e

federais. O voto da União teve duas condicionantes. Uma diz respeito à Amazonas Energia. A diretoria da Eletrobrás havia estabelecido como condição para privatização que houvesse reconhecimento, por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do governo ou da Justiça, em decisão definitiva, do direito ao reembolso integral, pelos fundos setoriais, dos gastos da empresa com o fornecimento de gás, no valor de R\$ 2,9 bilhões. Em seu voto, o governo retirou essa exigência.

O governo também votou por manter o poder ao Conselho de Administração para fazer o aumento de capital nas distribuidoras no processo de privatização. Porém para que isso ocorra, será preciso uma manifestação prévia favorável do Ministério da Fazenda. As distribuidoras de energia da Eletrobrás atuam nos Estados de Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Piauí e Alagoas. A intenção da empresa é leiloar as distribuidoras até o dia 30 de abril. Cada uma delas terá valor simbólico de R\$ 50 mil.

Investimentos.

Os novos investidores serão obrigados a assumir compromissos de investimentos no valor de R\$ 7,8 bilhões nessas empresas, dos quais 30% serão depositados no momento da aquisição das companhias. As distribuidoras pertenciam a governos estaduais, mas foram assumidas pela Eletrobras no fim da década de 1990.

A intenção era privatizá-las em seguida, mas elas ficaram quase 20 anos nas mãos da Eletrobrás. Nesse período, geraram prejuízo de mais de R\$ 20 bilhões. O plano da Eletrobrás ao desestatizar as distribuidoras é se concentrar nas áreas de geração transmissão e comercialização de energia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues Eduardo Rodrigues

Título: PF e Cade vão se unir para investigar cartéis em postos de combustível

Consumo. Governo diz haver fortes indícios de manipulação de preços no setor, prejudicando os consumidores; desde 2012, dos 17 casos de suspeita de formação de cartel julgados pelo Cade, 12 resultaram em condenação, e há ainda oito processos em andamento

Com fortes indícios de manipulação de preços nos combustíveis, o governo pediu à Polícia Federal e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica que investiguem as empresas do setor. A decisão de criar uma força-tarefa vem depois de investigações feitas pelo próprio Cade mostrarem que esse é

realmente um problema grave: desde 2012, de 17 casos já julgados, 12 resultaram em condenação por formação de cartel em postos de gasolina. E há ainda oito processos em andamento.

Para o governo, por conta desses cartéis, os benefícios da nova política de preços para gasolina e diesel adotada pela Petrobrás acabam não chegando ao consumidor final: a reclamação é que as altas de preços são quase automaticamente repassadas às bombas, mas as reduções não chegam aos consumidores, conforme informou o blog da colunista Eliane Cantanhêde. "O consumidor tem o direito de escolher o preço mais baixo, mas isso só acontece quando há concorrência", disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco.

Na quarta-feira, a Petrobrás anunciou que passará a divulgar diariamente os preços médios da gasolina e do diesel que saem de suas unidades, e não mais somente os percentuais de reajuste, como vinha sendo feito, para tentar dar mais transparência ao mercado. Ontem pela manhã, o presidente do Cade, Alexandre Barreto, se reuniu com Moreira Franco e com o diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, para discutir o tema. À tarde, Moreira Franco enviou ao Cade documento solicitando oficialmente providências. Barreto já havia dito que o fato de a queda de preços na refinaria não ser repassada às bombas pode ser considerado um "indício de cartel", mas que a investigação tem de ser acompanhada de outros elementos.

Investigações.

As maiores multas aplicadas pelo Cade no setor foram para cartéis no Espírito Santo, de R\$ 67, 2 milhões, Caxias do Sul (RS), de R\$ 65 milhões, e Piauí, de R\$ 41,3 milhões. O Cade condenou ainda outros esquemas em São Paulo, Bahia, Paraná, Amazonas, Minas Gerais e Maranhão. Para o advogado e ex-conselheiro do Cade Olavo Chinaglia, essas investigações têm efeitos pontuais no local de atuação do esquema, mas, para que haja um impacto nacional, é necessário também olhar para a distribuição dos produtos e discutir o monopólio da Petrobrás no refino de petróleo.

"Se o objetivo é baratear para o consumidor, limitar a discussão sobre o fornecimento de combustíveis à intervenção do Cade é desviar o foco do problema principal, que é o marco regulatório brasileiro e a maneira como a Petrobrás se relaciona com as distribuidoras", afirma. Em nota, a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis (Fecombustíveis) disse que o mercado é "livre e competitivo" e que cabe a cada distribuidora e posto decidir se vai ou não repassar os reajustes aos consumidores "de acordo com suas estruturas de custo".

A federação disse ainda que os postos têm absorvido parte da elevação dos custos cobrados pelas distribuidoras e ressaltou que os reajustes feitos pela Petrobrás nas refinarias são percentuais médios, aplicados de forma diferente nos Estados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo e Fátima Laranjeira

Título: Sócios fazem acordo em disputa na Usiminas

Acordo define que Nippon e Ternium vão alternar o direito de definição do comando do dia a dia e do conselho da empresa.

A Usiminas informou ontem que suas principais acionistas, a ítalo-argentina Ternium e a japonesa Nippon, fecharam um acordo inicial para estabelecer novas regras em suas relações e terminar a briga que se arrasta há cerca de quatro anos na siderúrgica. O acordo visa a adoção de medidas para solucionar todas as disputas legais pendentes em relação ao negócio. Segundo fontes de mercado, pode também abrir espaço para a atração de um eventual novo sócio.

Um dos principais aspectos do conflito entre os dois grupos residia no direito de indicar o principal executivo da empresa. Ontem, Ternium e Nippon divulgaram que cada parte irá nomear o presidente do conselho e o diretor-presidente da companhia por dois mandatos consecutivos de dois anos – ou seja, por até quatro anos. Inicialmente, a Nippon terá o direito de escolher o presidente do conselho da Usiminas, enquanto a Ternium apontará o diretor-presidente da empresa.

Os nomes escolhidos agora poderão ficar no cargo até 2022. A partir de então, a relação se inverte: a Nippon escolherá o executivo que tomará conta do dia a dia dos negócios, enquanto a Ternium definirá o líder do conselho de administração. Dentro desse acordo, a Ternium pretende manter no cargo o atual diretor-presidente, Sérgio Leite, enquanto a Nippon deve nomear Ruy Hirschheimer presidente do conselho – o executivo foi presidente da Electrolux na América Latina e também comandou a trading Bunge no País. Inicialmente os mandatos vão até 2020, mas poderão ser renovados por mais 24 meses. A diretoria será composta por seis membros, incluindo o diretor-presidente – as nomeações serão divididas de forma que cada sócio escolha os nomes de 50% dos executivos. As partes acertaram que nenhum dos grupos poderá adquirir ações com direito a voto da Usiminas em circulação até o fim do atual acordo de acionistas – a não ser que tenha autorização da outra sócia.

Ambas poderão, porém, vir a exercer o direito de preferência em eventual novas emissão de papéis. Em comunicado, Ternium e Nippon afirmaram que o acordo tem a intenção de ampliar a parceria entre as sócias, melhorar a governança e ampliar a expansão da empresa. /

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina frias

Título: Hidrelétricas devem pagar menos por deficit

Mercado Aberto

O gasto que as grandes geradoras terão em decorrência do déficit hídrico será menor neste ano, segundo o Instituto Acende Brasil. A projeção é de R\$ 7 bilhões, contra os R\$ 10 bilhões em 2017.

O motivo da queda é uma melhora nos níveis dos reservatórios, diz Cláudio Sales, presidente da instituição.

“Atingiram-se, em média, 79,3% da capacidade da geração do sistema hidrelétrico no ano passado. Para 2018, a previsão é de 89%.”

A relação entre o potencial que uma usina tem para gerar energia e quanto ela realmente produz é conhecido pela sigla GSF (em inglês).

Quando há déficit, elas precisam comprar a energia que deixaram de inserir no sistema, o que acarreta gastos bilionários.

Parte das usinas busca a Justiça para não ter de pagar essa conta.

O argumento é que foram prejudicadas por despachos fora da ordem —houve momentos em que o operador do sistema tirou delas o privilégio de serem as primeiras a inserir energia do sistema, o que causou o desequilíbrio.

Alguns juizes dão razão às hidrelétricas e concedem liminares para que não paguem. Há cerca de R\$ 6 bilhões em questionamento.

“O mercado caminha para travar se não houver uma saída”, afirma Mario Menel, da Abiape (associação de investidores em energia).

A proposta que tem mais força é parcelar os valores e esticar os prazos de concessão para que as empresas possam pagar, diz Paulo Cu-nhaj da FGV Energia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Após críticas, Petrobras anuncia maior corte de preço em 3 meses

Ministro encaminha ao Cade pedido de investigação sobre postos

A Petrobras anunciou nesta quinta-feira (8) corte de 3% no preço da gasolina, o maior desde o dia 17 de novembro. O preço do diesel também será reduzido, em 2,6%, a maior queda desde o dia 2 de dezembro.

Os cortes foram anunciados um dia após o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Moreira Franco, acusar supostos cartéis de segurar os repasses das quedas de preços ao consumidor final.

O ministro disse à Reuters que encaminhou nesta quinta solicitação ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para investigar o tema. A Petrobras é responsável por cerca de 30% do preço final —o restante são impostos e margens de postos e distribuidoras.

“Não podemos assistir de mãos atadas à atuação cartelizada das corporações do setor em prejuízo da população”, disse Moreira Franco na quarta, no Twitter.

Também na quarta, a Petrobras anunciou uma mudança na política de divulgação dos preços, que prevê a publicação diária do valor de venda nas refinarias em reais por litro, e não do percentual de reajuste.

Desde o início de julho, quando a estatal iniciou nova política de preços com reajustes diários, a gasolina subiu 20% nas bombas. Já o diesel teve alta de 14,8%, de acordo com dados da ANP.

Os reajustes são definidos de acordo com a variação das cotações internacionais dos combustíveis e do câmbio.

A estatal passou a mexer nos preços diariamente para tentar enfrentar a competição com importações de empresas privadas.

Nesta quinta, o preço do petróleo Brent, negociado em Londres, atingiu o menor valor desde o fim de dezembro, fechando a US\$ 64,81 por barril, diante de expectativas sobre aumento da produção nos Estados Unidos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: TAIS HIRATA DE SÃO PAULO

Título: Eletrobras assume dívida de distribuidoras

Débitos bilionários são principal entrave para conseguir vender as empresas até abril

A Eletrobras definiu, nesta quinta-feira (8), que vai assumir integralmente a dívida bilionária de suas seis distribuidoras de energia.

A decisão, tomada em assembleia com acionistas em Brasília, destrava a venda das empresas, cuja atratividade vinha sendo colocada em dúvida por analistas do setor.

Os débitos das companhias acumulam ao menos R\$ 11 bilhões. Além disso, há uma disputa com a Aneel (agência reguladora) que pode provocar um aumento significativo dos passivos.

A medida contrariou a recomendação inicial do conselho da estatal, que defendia que a controladora absorvesse apenas uma parcela desses débitos, para minimizar o impacto negativo nas contas da Eletrobras e evitar uma redução do interesse de investidores pela empresa.

A União, que é acionista majoritária do grupo, porém, recomendou que, além desse valor, uma outra conta seja transferida à controladora: trata-se de um pagamento bi-lionário que as empresas teriam a receber da Aneel. O problema é que esse crédito está em discussão com a agência reguladora, que nega a dívida e afirma que, na verdade, as distribuidoras é que devem ao órgão.

A avaliação do governo é de que seria preferível transferir uma potencial dívida bilionária à Eletrobras do que ficar com a venda das seis distribuidoras emperrada, afirmou um analista que tem acompanhado de perto a discussão.

A previsão do governo é realizar o leilão de venda das empresas até abril.

Para Edvaldo Santana, pre-sidente-executivo da Abrace (associação de grandes consumidores) e ex-diretor da Aneel, a incorporação dos débitos não vai eliminar o interesse dos investidores. “Claro que desvaloriza, mas o investidor vai precificar isso nas ações. Acredito que é a melhor solução.”

PROTESTO

O início da assembleia atrasou cerca de quatro horas por causa de um protesto de funcionários. Os manifestantes carregavam faixas e bandeiras com frases contra a proposta do governo de vender as subsidiárias, que operam no Norte e Nordeste.

Os sindicatos declararam paralisação nas seis distribuidoras e bloquearam a entrada até o fim da tarde, quando a empresa conseguiu uma decisão judicial para retirar os manifestantes do local.

As entidades também tentaram barrar a reunião na Justiça ao longo desta semana, com o envio de ações coletivas —até agora, porém, não foram analisadas.

Mesmo uma decisão posterior à reunião poderá anular a decisão da assembleia, afirmou Paulo Sampaio, presidente do Sintepi, sindicato do Piauí —que foi o primeiro a acionar a Justiça e tem a ação mais avançada. O processo da entidade aguarda análise do Ministério Público Federal, em um prazo de cinco dias a partir desta quinta-feira (8), segundo despacho do juiz responsável.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Inflação de janeiro é a menor desde Plano Real

O ano virou e a inflação continuou dando bons sinais para a economia. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de janeiro foi o menor para o mês desde o Plano Real, em 1994, ficando em 0,29% ante 0,44% de dezembro. O número surpreendeu o mercado, que esperava uma taxa maior. O movimento positivo fez com que o indicador saísse de 2,95% para 2,86% no acumulado de 12 meses.

O índice foi influenciado, principalmente, pela energia elétrica, que caiu 4,73% no mês, contribuindo para o recuo de 0,85% do grupo de habitação. Os preços melhores foram resultado do fim da cobrança adicional de R\$ 3 por cada 100

kWh consumido, referente a bandeira tarifária vermelha patamar 1, que vigorava em dezembro.

A maioria dos outros grupos, entretanto, tiveram alta, com destaque para transportes, que subiu 1,10% no mês passado, influenciado pelo preço dos combustíveis, que tiveram variação positiva de 2,58%. Os valores do litro da gasolina subiram 2,44% no país, o que contribuiu para um impacto de 0,1 ponto percentual no IPCA de janeiro. O etanol teve alta ainda maior, de 3,55%. Além disso, as tarifas dos ônibus urbanos aumentaram em Salvador, São Paulo, Goiânia e Vitória, contabilizando uma alta de 2,64%.

Em Brasília, porém, houve uma queda de 1,68% no preço do litro da gasolina no período. Em meados do mês passado, o combustível chegou a ser vendido por R\$ 3,75, mas subiu fortemente em fevereiro. Adelta Lima, 49 anos, que trabalha com sistema de informação, considera o preço da gasolina alto no país inteiro. Na opinião dele, são os impostos cobrados que encarecem o produto. “Eu trabalho quase todos os dias, incluindo sábado e domingo. Como ando muito, acabo pagando R\$ 70 diariamente. Somando, dá mais de R\$ 2 mil no mês. Quem é que não vai sentir falta desse dinheiro para fazer outras coisas no dia a dia?”, questionou.

Outro grupo que influenciou negativamente a inflação foi o de alimentação e bebidas, que subiu 0,74%. A banqueteira Cristina Santini, 60 anos, reclama que tudo está muito caro nos supermercados. Como, para faturar no trabalho precisa pagar mais barato pela matéria-prima, ela não abre mão da pesquisa nos mercados da cidade. Observadora, aproveita a variação quase que diária dos preços. “Agora, foi a carne que subiu muito”, reclamou. “Eu preciso trabalhar buscando o melhor preço e, recentemente, tive que quadruplicar o esforço, já que está difícil achar produtos baratos”, completou.

INPC

De acordo com o IBGE, quem ganha até cinco salários mínimos também se beneficiou da redução do custo de vida. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) desacelerou e subiu 0,23% em janeiro, também o menor patamar desde 1994. No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa ficou pela primeira vez abaixo de 2%, atingindo 1,87%. “É, sem dúvida, motivo para comemorar. O maior bem a ser feito pelo governo é entregar o país com a inflação nesse nível”, afirmou a professora de economia Margarida Gutierrez, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Para Evandro Buccini, economista-chefe da Rio Bravo, apesar de baixa, a inflação deve subir de forma gradativa e passar de 3% em meados do ano. Ele

justifica que a deflação recorde, que ocorreu em 2017 no grupo de alimentos, por conta da Supersafra, não se repetirá neste ano. Na opinião dele, esse é um dos motivos para que o Banco Central tenha sinalizado o fim dos cortes na Selic, que chegou, na quarta-feira, a 6,75% ao ano.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Governo aciona Cade contra cartéis

A discussão sobre a existência de cartéis na revenda de combustíveis voltou à pauta dos brasileiros e o governo declarou guerra a essa prática. O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Wellington Moreira Franco, afirmou, ontem, que não vai tolerar combinação de preços e pediu ao presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto, que investigue o setor.

Há indícios de formação de cartéis em Goiânia, Belo Horizonte, Natal, São Luís, João Pessoa, Joinville e Uberaba. Em Brasília, mesmo após a Operação Dubai, que desbaratou um esquema de preços tabelados, permanece a suspeita de que as empresas continuem combinando valores. Levantamento do Correio constatou que, de 28 postos visitados ontem no Plano Piloto, em apenas quatro o preço do litro da gasolina é diferente de R\$ 4,29.

O governo quer que o Cade crie uma força-tarefa com o Ministério Público e a Polícia Federal para investigar o setor. Moreira Franco suspeita que postos não estão repassando aos consumidores as reduções de preço feitas pela Petrobras nas refinarias. Ontem, por exemplo, a estatal anunciou corte de 3% no valor gasolina e de 2,6% no do óleo diesel a partir de hoje. A dúvida é se a queda chegará ao consumidor final nos próximos dias.

Para o técnico em radiologia Anderson Pereira, 26 anos, isso não vai acontecer. “A cada dia que passa, o preço sobe e, mesmo quando há redução na refinaria, antes de a gente sentir, eles já aumentam novamente. Os postos se aproveitam da mudança constante dos valores e alteram os preços só quando é para favorecê-los. Nós ficamos sem escolha”, reclamou.

*** Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo**

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Lorena Pacheco**Título:** Petrobras abre 666 vagas

O ano começa bem para os concurseiros. A Petrobras publicou edital com abertura de 666 vagas de níveis médio e superior, sendo 111 oportunidades para contratação imediata e 555 para cadastro de reserva. A remuneração prevista varia de R\$ 3.745 a R\$ 10.726. A Cesgranrio é a banca organizadora e as inscrições podem ser feitas até 5 de março no site www.cesgranrio.org.br. As taxas de inscrição vão de R\$ 47 a R\$ 76.

Além de Brasília, as provas serão aplicadas em Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Campinas (SP), Campo Grande (MS), Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Macaé (RJ), Maceió, Manaus, Mauá (SP), Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santos (SP), São José dos Campos (SP), São Luís, São Mateus (ES), São Mateus do Sul (PR), São Paulo e Vitória.

O concurso vai cobrar apenas provas objetivas dos inscritos. O teste será aplicado em 8 de abril. Quem concorrer aos cargos de nível superior terá que responder a questões sobre português, inglês e conhecimentos específicos. Os que forem disputar postos de nível médio estarão dispensados do inglês, não dos outros temas.

As vagas são nacionais ou para lotação nos polos de Minas Gerais, Sergipe, Amazonas, Rio Grande Sul, São Paulo, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santos, Macaé e Vitória. O prazo de validade da seleção é de 12 meses, com possibilidade de prorrogação pelo mesmo período, após a homologação do resultado final, que, de acordo com o edital, dever ser publicado em 28 de junho.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Simoni Kafruni**Título:** Eletrobras aprova vendas

Depois de um atraso para começar de mais de 3 horas, por conta de manifestações e protestos, a assembleia de acionistas da Eletrobras terminou ontem com a aprovação da privatização das seis distribuidoras de energia do Norte e Nordeste. A proposta prevê que a holding assumirá R\$ 11,2 bilhões em

dívidas das subsidiárias. Esse valor, contudo, pode chegar a R\$ 19,7 bilhões.

Há um montante de R\$ 8,5 bilhões que a Eletrobras considera como créditos das distribuidoras com os fundos setoriais. Porém, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ainda não bateu o martelo sobre isso. O esforço da Eletrobras para deixar as subsidiárias atrativas para o mercado, já que estão extremamente endividadas, visa tornar o próprio grupo um ativo interessante, porque também será privatizado.

As distribuidoras que serão leiloadas são a Ceron (Rondônia), Amazonas Energia, Boa Vista Energia (Roraima), Ceal (Alagoas), Cepisa (Piauí) e a Eletroacre. Como são altamente deficitárias, as empresas serão vendidas por um valor simbólico de R\$ 50 mil cada uma, com o compromisso de os investidores injetarem capital para tornar as distribuidoras eficientes.

Apesar de o resultado não ter sido surpresa, a reunião dos acionistas não foi tranquila. Marcada para as 14h, só começou depois das 17h por conta de protestos e tentativas de inviabilizar o uso do auditório do prédio da empresa. Conforme a assessoria de imprensa da Eletrobras, não houve tumulto nem qualquer vandalismo.

De acordo com Fernando Antunes, advogado do sindicato dos trabalhadores da Eletrobras, os manifestantes entraram no auditório e barraram a entrada dos acionistas. “O auditório não tem estrutura. Conseguimos um mandado de segurança que impede a realização da assembleia no local”, disse.

Na entrada do prédio, os manifestantes vestiam camisetas do Movimento dos Sem-terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Até o bloqueio ser liberado, acionistas, representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da própria Eletrobras, ficaram do lado de fora aguardando o desfecho da confusão.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades

Autor: Pedro Grigori

Título: Contradição em plena crise hídrica

As chuvas das últimas semanas trouxeram impacto positivo aos reservatórios que abastecem o Distrito Federal. A Companhia Energética de Brasília (CEB) precisou abrir as comportas da barragem do Lago Paranoá para eliminar o excesso de água, que alcançou a cota de 1.000,65 metros, próximo ao limite permitido, que é de 1.000,80 metros. Também ontem, o reservatório do Descoberto, principal fonte de abastecimento da capital, superou os 50% do

volume total, percentual que a curva de acompanhamento da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (Adasa) esperava ser alcançado apenas em maio, após o fim do período chuvoso. Mesmo com o quadro promissor, Maurício Luduvic, presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb), alerta que ainda é cedo para dizer que a crise hídrica foi superada.

Na última quarta-feira, choveu 41,8 milímetros apenas entre às 16h e às 17h — 19% do previsto para todo o mês. A retirada do excesso de água do Lago Paranoá ocorre por motivos de segurança, mesmo em meio ao racionamento de água. Luduvic informou que a Caesb não consegue retirar mais recursos do que faz atualmente. A Estação de Tratamento de Água do Lago Norte (Leia Memória) capta 600 litros de água por segundo (l/s) para o abastecimento do Lago Norte, Paranoá, Itapoã e Taquari. Além disso, mais 280 l/s estão sendo utilizados para desafogar o Sistema Santa Maria/Torto.

Para retirar mais água do Lago Paranoá, a Caesb vai construir nova estação de captação próxima à barragem. Em 2005, a Agência Nacional das Águas (Ana) autorizou a obra. O Governo do Distrito Federal tem o projeto licitado, mas ainda faltam recursos para colocá-lo em prática. Com o sistema, orçado em R\$ 480 milhões, será possível retirar 2,5 mil l/s do Lago Paranoá. O valor a ser investido é quase o mesmo gasto pelos governos do DF e de Goiás em Corumbá IV. “Ainda não há previsão de quando a obra sairá do papel. No momento, estamos buscando fundos para realizá-la e adaptando o projeto para continuar usando a estação do Lago Norte”, destacou Luduvic.

Prejuízo

A CEB abriu 10 centímetros, de duas das três comportas da barragem às 10h50 de ontem e ainda não há previsão de quando elas serão fechadas. A vazão da água é de 20 mil litros por segundo, escoada para o antigo leito do Rio Paranoá, que secou quando o barramento foi erguido, e depois segue para o Rio São Bartolomeu, o maior do DF. O professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB) Oscar de Moraes conta que abrir as comportas é uma ação evitada a todo custo pela CEB. “Ver aquela água indo embora é como jogar dinheiro fora. Mas, se isso não for feito, a segurança da barragem é colocada em jogo”, alertou.

O Lago Paranoá apresenta estabilidade no volume das águas e não fica em situações emergenciais, como o Descoberto, que, em novembro do ano passado, chegou a ficar com apenas 5% do volume total. “No Descoberto, o uso prioritário é para o abastecimento, então, se for necessário, retiram água até que ele seque. No Lago Paranoá, não. O estuário possui maior quantidade de

rios afluentes e o volume é controlado para outras atividades, como a geração de energia elétrica e a navegação de lazer”, explica o especialista.

Volume

50,1%

Nível do reservatório do Descoberto, ontem

38%

Nível de água no sistema Santa Maria/Torto

20 MIL

litros de água por segundo saem do Lago Paranoá com a abertura das comportas

Memória

Cinco meses de obra

Dois meses após o início do racionamento de água em Brasília, o presidente Michel Temer e o governador Rodrigo Rollemberg assinaram acordo para a construção de um sistema emergencial para captar e tratar água do Lago Paranoá. A obra custou R\$ 42 milhões, verba vinda do Ministério da Integração Nacional, tendo em vista a urgência da situação hídrica na capital federal.

Durante cinco meses, 200 pessoas trabalharam sete dias por semana para que o sistema fosse entregue — mesmo assim, houve 30 dias de atraso em relação ao prazo inicial. A inauguração ocorreu em 2 de outubro de 2017. Nos três primeiros meses a operação era assistida pela empresa responsável, a Enfil, durante esse período 350 litros de água por segundo eram retirados do lago. Em 2018, o número subiu para 600 l/s. O recurso abastece atualmente o Lago Norte, o Paranoá, o Itapoã e o Taquari.

A água é captada no braço do Torto, no Lago Paranoá. A estrutura fica na ML 4, no Setor de Mansões do Lago Norte. Trata-se de uma estação de tratamento de água compacta, com membranas de ultrafiltração, um sistema moderno, comum em países onde é necessário fazer dessalinização da água do mar.

A inauguração da captação ocorreu sob protestos, pois o Lago Paranoá também é um ponto receptor de esgoto tratado. O fato abriu debate entre especialistas, que alertaram para a capacidade do reservatório em diluir elementos químicos, como o fósforo. A Caesb garantiu que o consumo da água é seguro.

Acima das melhores previsões

O volume das águas do Descoberto continua a subir acima das melhores previsões da Adasa e da Caesb. Responsável pelo abastecimento de mais que a metade do Distrito Federal, o reservatório chegou aos 50,1% em medição na tarde de ontem. O número é maior do que o esperado para o período (32%) e fica acima do previsto pela curva de acompanhamento da Adasa para o mês de maio, quando termina o período chuvoso.

Para o presidente da Caesb, Maurício Ludovice, os números são muito animadores. “É um reflexo de todo esforço que tem sido feito para recuperar os reservatórios. Tanto por parte da Caesb, com a entrada de água nova no sistema, quanto da população, que continua economizando”, declarou Ludovice.

AValiação

Mesmo com as melhorias, Ludovice afirma que ainda não há uma situação confortável. “É cedo para falar que vencemos a crise hídrica. Estamos indo bem, mas precisamos aguardar o fim da temporada de chuva para avaliar melhor qual situação teremos”, declarou Ludovice. Para garantir uma melhor situação hídrica nos reservatórios, a Caesb seguiu o exemplo do governo de São Paulo e interligou os sistemas produtores de água. Com isso, regiões que antes eram abastecidas pelo Descoberto, como a Candangolândia e o Núcleo Bandeirante, agora são atendidas pelo Sistema Santa Maria, esquema que pode ser revertido no futuro.

O reservatório de Santa Maria, o segundo mais importante do DF, chegou ontem aos 38%, e segue acima dos 36% esperados para o fim de fevereiro. A expectativa da Adasa é que chegue a 47% até o término do período chuvoso. Para não sobrecarregar o sistema, que começou a atender cidades que antes faziam parte do esquema do Descoberto, cerca de 280 l/s estão sendo transferidos da Estação de Captação do Lago Norte para o Sistema Santa Maria/Torto. (PG)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Receita com royalties sobe e ajuda a conter déficit

Apesar da correção recente do preço nos mercados internacionais, o valor do petróleo ainda em patamares acima de US\$ 60 o barril tem ajudado a equipe

econômica a reduzir o déficit nas contas públicas ao impulsionar a arrecadação federal.

Enquanto a receita total do governo cresceu apenas 1% em 2017, a arrecadação com a rubrica ligada aos royalties de óleo e gás registrou elevação de 49% após dois anos em queda. Para 2018, a estimativa do governo é de um recolhimento recorde.

De acordo com dados do Tesouro Nacional, a arrecadação com recursos naturais no país rendeu R\$ 36,5 bilhões em 2017 - sendo que pelo menos 80% desse total é gerado pelo setor petrolífero. Na comparação com um ano antes, a rubrica rendeu R\$ 12,1 bilhões a mais para os cofres federais, o que representa mais da metade do aumento na arrecadação total do governo na passagem de 2016 para 2017.

De acordo com o Tesouro, os principais motivos para o aumento de arrecadação observado na rubrica de recursos naturais foram o aumento do preço do petróleo e o incremento da produção nacional no setor.

Segundo dados do governo, o valor médio do barril passou de US\$ 44,20 em 2016 para US\$ 53,80 em 2017, um aumento de 21%. A valorização é causada pela aceleração da economia global e pela estabilidade na produção por parte dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), que acordaram não elevar (e até reduzir) a oferta. Mesmo com a volatilidade recente nos mercados, o barril do tipo "brent" continua negociado acima de US\$ 60.

O preço maior fez o governo federal recalcular as contas de arrecadação previstas no Orçamento de 2018. A estimativa de receitas com recursos naturais subiu R\$ 6,5 bilhões na reprogramação orçamentária, para R\$ 51,4 bilhões neste ano.

"A principal variação é em petróleo, basicamente explicado pelo aumento do preço médio do barril", afirmou na semana passada o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Caso confirmado, o número representará aumento de 40% no recolhimento com a rubrica na comparação com 2017. O valor também seria o maior em toda a série histórica do Tesouro, mesmo atualizada pela inflação.

O recorde foi calculado a partir de uma estimativa de preço médio de US\$ 68,20 para o barril do petróleo em 2018. Contido no decreto de reprogramação financeira, o preço é 30% maior em relação ao que havia sido previsto no Orçamento.

Para Pedro Schneider, economista do Itaú Unibanco, a projeção é "otimista". "Eles acreditam que a alta verificada no início do ano no petróleo é algo permanente, enquanto nós achamos que isso é mais transitório. Nosso entendimento é que o equilíbrio do mercado de petróleo está mais em US\$ 55 [por barril]", diz.

De qualquer forma, ele afirma que os recursos com royalties estão trazendo ajuda em meio a uma época de dificuldade nas contas públicas após a retração da atividade. "Em um momento de restrição fiscal aguda, alívios são sempre bem-vindos. Da mesma maneira que receitas ligadas a atividade de econômica vão voltar, as do petróleo já estão maiores do que foram na época da recessão", afirma.

Além do preço, dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) mostram que a produção no país também está em alta. Operadoras como Petrobras, Statoil e Shell extraíram uma média de 3,3 milhões de barris por dia em 2017 do território nacional, o que representa um aumento de 4,8% em relação ao ano anterior.

A recuperação na receita de óleo e gás é registrada após dois anos em baixa. Em 2014, ano da reeleição da presidente Dilma Rousseff, o recolhimento com recursos naturais havia registrado um recorde de R\$ 49,1 bilhões. Ao fim de 2016, o valor caiu pela metade - para R\$ 24,4 bilhões. Trata-se de um contraste com os "anos dourados" vividos pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o alto preço das commodities. A série histórica mostra que os recursos naturais responderam por 0,80% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2008. Em 2016, o número ficou em 0,37%.

José Roberto Afonso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), diz que os números não estão ligados à atividade econômica do país, porque grande parte do óleo produzido é exportado. Ele alerta que os recursos recolhidos ainda têm que ser partilhados com entes subnacionais e não estão sendo poupados pelo poder público.

"No caso da parcela de Estados e prefeituras, muito concentrada no Rio, essa hipótese não existe. Quando muito a cota federal foi poupada, é uma contribuição bem pequena, talvez na casa de 5% da redução agregada do déficit", diz. Para ele, o país deve depender pouco do setor, já que "a economia e a sociedade do futuro consumirão cada vez menos petróleo".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Texto da reforma do setor elétrico sai nos próximos dias, diz EPE**

O texto do projeto de reforma do setor elétrico deve ficar pronto nos próximos dias, disse ontem o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso. Assim que concluído, o texto será encaminhado pelo **Ministério de Minas e Energia** à Casa Civil e, posteriormente, ao Congresso Nacional.

"Estamos em vias de fechar [o texto]", disse o executivo, durante encontro com jornalistas, no Rio.

Barroso se disse "otimista" com o encaminhamento do assunto no Congresso Nacional. Segundo ele, o projeto faz parte de uma agenda de atração de investimentos e não deve enfrentar turbulências, como as discussões sobre a reforma da Previdência Social. "Estamos muito otimistas. A reforma do setor elétrico, a exemplo do programa Gás Para Crescer, do RenovaBio, é um tema que forma parte de uma agenda positiva para geração de investimentos e modernização do ambiente de negócios", afirmou o presidente da EPE.

O executivo acredita que o projeto deve manter as linhas gerais da proposta original, contempladas na nota técnica preparada pelo Ministério de Minas e Energia em meados do ano passado, mas também deve acatar parte das contribuições do mercado.

"Conceitualmente, não há muitas mudanças em relação ao original", disse Barroso. "O conceito foi pautado lá atrás: a ideia é trabalhar com sinais de preços que visem a eficiência através da gestão de riscos de forma descentralizada pelos agentes, com uma melhor alocação de custos. É o que estamos buscando", explicou. A expectativa no mercado é que o texto contemple, entre outros assuntos, uma proposta de solução para o risco hidrológico (medido pelo GSF, na sigla em inglês).

Barroso também comentou sobre o calendário de leilões de 2018. A previsão, segundo ele, é realizar, além do leilão de energia nova A-4, previsto para abril, uma licitação A-6. "A portaria com as diretrizes do A-6 deve sair nas próximas semanas", afirmou. Já no setor de transmissão, estão previstas licitações para abril e para o fim do ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Andrea Jubé e Lucas Marchesini | De Brasília****Título: Governo pede ao Cade investigação sobre cartel no setor de combustível**

O ministro da Secretaria Geral da Presidência, Moreira Franco, reuniu-se ontem com o presidente do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (Cade), Alexandre Barreto, para solicitar ao órgão a investigação sobre a formação de cartéis no setor de combustíveis.

"Pedi a investigação, respeitando, as atribuições regulatórias e administrativas do órgão, a fim de que atue para evitar a cartelização no setor", disse Moreira Franco.

Em nota divulgada após a reunião, o Cade informou que "planeja estudar, em conjunto com órgãos parceiros, formas coordenadas e sistemáticas de combate ao cartel em combustíveis".

O órgão informa na nota que "investigou e julgou 17 casos de ilícitos concorrenciais nos últimos cinco anos. Atualmente, há oito investigações em trâmite que apuram infração nesse mercado".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Política****Autor: Andrea Jubé | De Brasília****Título: Planalto tenta acelerar privatização da Eletrobras**

O governo traçou uma estratégia com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para acelerar a votação do projeto de lei que prevê a privatização da Eletrobras. Depois que a proposta passar pelo crivo da comissão especial, ganhará regime de urgência para seguir diretamente ao plenário. O relator, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), disse ao **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, que a expectativa do governo é que a proposta seja votada no plenário até abril, para então seguir ao Senado.

Uma fonte do Planalto observa que a mesma estratégia foi aplicada ao projeto de lei relativo à reforma trabalhista, que depois de tramitar na comissão especial, ganhou regime de urgência para acelerar a votação no plenário. Neste formato, o projeto tem garantia de pauta imediata e a apreciação de emendas no plenário, sem que tenha de voltar à comissão.

No início da semana, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, afirmou a um grupo de empresários que depois da reforma da Previdência, sua prioridade como articulador político é fazer avançar na Câmara os projetos que tratam da estatal: a privatização e a Medida Provisória 814, que trata da universalização do serviço público de energia elétrica. "Neste rol de projetos [pós-reforma da Previdência] estará a Eletrobras, é o que mais tem chance de ser aprovado neste ano", disse o ministro. A MP pode ter o prazo de vigência prorrogado até junho.

Aleluia também adiantou que, em seu parecer, pretende modificar o texto do Executivo para avaliar como a privatização da estatal afetará o desenvolvimento de cada região do país. A proposta enfrenta resistência, principalmente, das bancadas do Norte e do Nordeste, preocupadas com o destino das distribuidoras de energia da estatal que atuam em seis Estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima.

No início da semana, Maia determinou a instalação de uma comissão especial para analisar o tema, já que o projeto teria de ser submetido a mais de três comissões de mérito (Trabalho, Minas e Energia, Desenvolvimento Econômico e Constituição e Justiça). Isso poderia estender a discussão na Casa até o fim do ano.

O projeto também ganhou regime de prioridade, para que a comissão especial tenha prazo de funcionamento de 10 sessões de plenário. Aleluia calcula que a comissão especial funcionará por cerca de 45 dias corridos.

Na sequência, com o parecer de Aleluia aprovado, ou não, Maia colocará em pauta no plenário a votação de um requerimento assinado pela maioria dos líderes para que a proposta ganhe regime de "urgência urgentíssima". Os líderes que assinam o documento devem representar 257 votos na Casa, e precisam do mesmo número de votos para aprová-lo.

O governo conta com esse saldo de votos para aprovar a urgência da matéria. Se essa estratégia frustrar-se, a alternativa é o chamado "regime de urgência constitucional", que o Executivo imprime à proposta. Mas nesse quadro, há um prazo de 45 dias até que o projeto comece a trancar a pauta da Câmara. Pelos cálculos da equipe econômica, o governo pode obter até R\$ 12 bilhões com a privatização da estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Pré-sal abre espaço para produção fora da Petrobras

Depois de ultrapassar os 600 mil barris diários de petróleo, em dezembro, a parcela de produção fora da Petrobras caminha para atingir o patamar de 1 milhão de barris/dia em dois ou três anos. Levantamento do **Valor** mostra que, embora a estatal brasileira continue sendo a responsável pela operação dos principais projetos de óleo e gás do país, há um processo de desconcentração em curso no mercado brasileiro.

Em 2017, as petroleiras estrangeiras e as pequenas e médias produtoras nacionais (como Queiroz Galvão, PetroRio e Dommo Energia) produziram, juntas, em média, 582 mil barris/dia de petróleo, o que representa um aumento de 25% ante 2016. E a participação da Petrobras na produção nacional recuou 3,7 pontos percentuais, para 77,8%, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

O crescimento acelerado de terceiros se trata de um movimento natural, já que a principal fronteira de produção do país, o pré-sal, concentra projetos operados pela Petrobras em parcerias com sócios. Em 2017, por exemplo, a desconcentração foi puxada, sobretudo, por companhias como Shell, Petrogal e Repsol Sinopec (sócias da estatal em Lula e Sapinhoá, os maiores campos do país).

Para este ano, a expectativa é que a trajetória de crescimento da parcela fora da Petrobras se intensifique, em que pese o fato de o número de projetos operados por outras empresas ainda ser baixo. Com exceção de Atlanta, operado pela QGEP no pós-sal da Bacia de Santos, não há perspectivas de que novos campos, operados por outras petroleiras, entrem em operação no país nos próximos anos.

Os leilões de áreas exploratórias do ano passado, contudo, tendem a mudar esse cenário no longo prazo. Dos 43 ativos licitados em 2017, dez foram arrematados pela Petrobras e 33 por 16 outras operadoras, como Shell, ExxonMobil, Statoil, Repsol e CNOOC.

"Esses ativos arrematados em 2017 adicionam áreas estratégicas ao nosso conjunto de opções globais de crescimento em águas profundas e ampliam nossas oportunidades no Brasil para a próxima década", disse o presidente da Shell, Ben van Beurden, na semana passada, durante teleconferência com investidores.

Até que os leilões se traduzam em investimentos concretos, no entanto, os projetos operados pela Petrobras no pré-sal devem continuar a sustentar a produção de terceiros nos próximos anos, adicionando novos milhares de barris às curvas de produção dessas empresas. Juntas, as plataformas P-67 (Lula Norte), P-68 (Berbigão) e P-69 (Lula Extremo Sul), operadas pela estatal

brasileira, e Petrojarl I (Atlanta), operada pela QGEP, devem adicionar, a partir deste ano, 210 mil barris/dia à capacidade de produção de outras petroleiras (Shell, Total, Petrogal, QGEP, Dommo e Barra Energia).

Além disso, a venda de ativos da Petrobras e o crescimento gradual da produção de plataformas que ainda não atingiram o pico de produção devem contribuir com outros milhares de barris diários. Este é o caso, por exemplo, das unidades P-66 (Lula Norte), Cidade de Caraguatatuba (Lapa) e o teste de longa duração de Mero (ex-Libra), que somam uma capacidade de produção de 300 mil barris/dia, mas em dezembro produziam 120 mil barris diários.

Isso significa que, quando atingirem suas capacidades plenas de produção, essas três plataformas poderão adicionar, portanto, cerca de 110 mil barris/dia à produção das demais petroleiras. Nos últimos projetos do pré-sal, a Petrobras tem levado menos de 15 meses para atingir o pico da capacidade de suas plataformas.

Some-se a isso a diversificação esperada por meio da venda de ativos da Petrobras. A estatal anunciou em janeiro a venda de 25% do campo de Roncador, na Bacia de Campos, para a Statoil, e tem a intenção de concluir este ano a venda de um conjunto de 100 campos em terra e águas rasas. Juntos, esses ativos representariam uma adição de cerca de 140 mil barris/dia à produção por parte dos outros representantes do setor.

Para o professor do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEE/UFRJ), Edmar Almeida, o aumento do crescimento da produção fora da Petrobras tende a se refletir no aumento das exportações de óleo cru - que no ano passado subiram 24,8%, para 996 mil barris/dia.

"No Brasil existem barreiras à entrada no refino. Além disso, as petroleiras teriam que mobilizar um capital enorme para investir em refinarias no país e elas já estão investindo muito, no momento, na aquisição de áreas exploratórias no Brasil. O governo está tentando atrair investidores para o refino, mas se nenhuma reestruturação radical for feita a tendência é que as estrangeiras continuem exportando e a Petrobras continue fornecendo preferencialmente para o mercado interno e exportando o excedente", afirma.

Almeida acredita que, no mercado de gás natural, por sua vez, as petroleiras precisarão buscar alternativas para monetizar o gás produzido no país. E cita o caso da Shell, que fechou um acordo para fornecer gás do pré-sal para a termelétrica Vale Azul II (466 megawatts), negociada no leilão de energia nova de dezembro e que será construída em Macaé (RJ).

"No gás não há escapatória. Muitos dos campos do Brasil produzem gás associado ao petróleo. Para produzir óleo, vão ter que buscar mercado para o gás", afirmou o professor da UFRJ.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Nippon e Ternium encerram conflito de 5 anos na Usiminas

Após cinco anos em conflito, o grupo ítalo-argentino Ternium-Techint e o japonês Nippon Steel & Sumitomo Metal decidiram suspender a briga societária envolvendo a Usiminas. As negociações duraram um bom tempo, com avanços e retrocessos. Sem alarde, às vésperas da divulgação do balanço da empresa do ano passado, os dois sócios anunciaram termos para firmar um novo acordo de acionistas, o qual atende os interesses de ambos.

O memorando, com efeito vinculante, estabelece novas regras de governança para a siderúrgica mineira. Com isso, os dois controladores vão se alternar nas indicações dos presidentes da diretoria executiva e do conselho de administração. Além disso, se alguma parte assim desejar, poderá ativar um mecanismo de saída do capital social da companhia - um poderá fazer, a qualquer momento, depois de um período estipulado, uma oferta de compra pela participação acionária do outro.

O novo acordo, que deve ser assinado até 10 de abril - com a participação ou não dos minoritários no grupo de controle -, também busca "resolver e terminar amigavelmente" todas as disputas legais, judiciais ou administrativas, que estão pendentes. Elas podem envolver membros atuais da Usiminas ou antigos. Há, por exemplo, uma ação no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) para devolver o ex-presidente Rômelo de Souza ao cargo, e outra contra ele, iniciada pela própria empresa mineira, com anuência do conselho.

A alternância de poder na empresa mineira - um pleito da Nippon Steel nas negociações para resolver o conflito societário - se dará a cada quatro anos. As duas sócias vão se revezar na nomeação para a diretoria executiva e para o conselho. A Ternium é a primeira a escolher o presidente-executivo e quer manter Sérgio Leite no cargo.

Leite está há 40 anos na siderúrgica e, antes de tocar o dia a dia das operações, era vice-presidente comercial. O nome é bem visto pelos japoneses e pelos ítalo-argentinos, principalmente porque conseguiu colocar a Usiminas nos trilhos após uma reestruturação financeira que a afastou da falência em 2016 -

na gestão de seu antecessor - e já apresentar resultado que só era esperado no médio prazo.

O mandato de Leite será oficialmente de dois anos e a Ternium ainda poderá mantê-lo na presidência por mais dois, ou indicar outro nome antes do rodízio de indicações com a sócia.

Já a Nippon Steel, que agora terá a nomeação para o conselho, buscou um nome no mercado e vai indicar, na assembleia de 25 de abril, Ruy Hirschheimer, ex-presidente da Electrolux na América Latina. Ele também ficará por dois anos no posto, renováveis por mais dois em 2020.

Encerrado esse período de dois mandatos de dois anos cada, a Ternium passará a nomear o presidente do conselho e a Nippon, o executivo. As trocas vão se seguir até o fim do novo acordo de acionistas, que tem o mesmo vencimento do anterior, em janeiro de 2031. Cada sócio indicará três diretores-executivos, incluindo o presidente da companhia.

Já o mecanismo de saída, que era uma exigência da Ternium para encerrar a disputa, começa a valer quatro anos e meio após a próxima eleição da diretoria, em maio. Manifestado o interesse de uma das partes, a negociação durará seis meses, período ao fim do qual qualquer uma poderá comprar ações ordinárias da outra, consolidando o controle.

Se desejar, a sócia que for obrigada a vender nessa operação pode permanecer como minoritária no bloco de controle da Usiminas, com até 10% do capital votante e direitos compatíveis a essa participação.

Outros participantes do grupo controlador, como a Previdência Usiminas, Mitsubishi e Metal One, podem sair do acordo de acionistas se assim o desejarem. Se por alguma razão não assinarem o novo documento até 10 de abril, Ternium e Nippon o farão sozinhas.

As duas siderúrgicas ainda se comprometeram pelo memorando vinculante, durante a vigência do novo acordo, a não adquirirem mais papéis com direito a voto em circulação no mercado, o chamado "free float". O direito de preferência de compra de novas ações que elas possuem em potenciais aumentos de capital, entretanto, estão mantidos.

O auge da briga entre os dois controladores ocorreu em 25 de setembro de 2014, mas desde o início do ano anterior já estavam em divergências. Naquela data, o presidente da empresa, Julián Eguren, e dois vice-presidentes, Paolo Bassetti e Marcelo Chara, foram afastados de seus cargos por decisão do conselho de administração. Os três executivos eram indicações da Ternium desde quando entrou no bloco de controle da Usiminas, em janeiro de 2012.

O afastamento, decidido em votação no colegiado, teve como pano de fundo supostas irregularidades praticadas pelos executivos, ferindo as regras de governança da companhia, conforme informações na época e de auditorias interna e externa feitas na empresa.

A partir desse dia, os tribunais de Minas Gerais foram palco de várias ações judiciais impetradas por Ternium e Nippon Steel. A temperatura do conflito chegou a tal ponto de ebulição na indicação do presidente da empresa que uma juíza chegou a cogitar a nomeação de um interventor para conduzir a fabricante de aço.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Assembleia aprova venda de distribuidoras da Eletrobras

Em uma assembleia conturbada, a União confirmou ontem as expectativas do mercado e votou pela venda das distribuidoras da Eletrobras, com assunção de R\$ 11,2 bilhões em dívidas pela holding e também dos créditos ou débitos das empresas com encargos setoriais, que podem levar o passivo total a R\$ 19,7 bilhões. A decisão, que prevaleceu na assembleia geral extraordinária (AGE), contrariou a orientação do conselho de administração da estatal, que havia proposto a venda das distribuidoras, mas mantendo com elas os direitos ou obrigações relativas aos fundos setoriais.

Como acionista majoritária da Eletrobras, o voto da União decidiu o assunto, em uma assembleia marcada por protestos, realizada no escritório da estatal, em Brasília. Até o fechamento desta edição não havia sido divulgado o percentual completo de ações de investidores que votaram com a União e os que votaram de forma diferente. Outro acionista relevante, o BNDES, se absteve, por ter participação na execução da modelagem de venda das distribuidoras.

De forma geral, a União aprovou todos os itens relativos à venda integral, menos uma ação ordinária, das distribuidoras, com a transferência dos direitos e obrigações com encargos setoriais para a holding. De acordo com resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), a Eletrobras também irá assumir R\$ 11,2 bilhões de dívidas dessas distribuidoras, localizadas no Norte e Nordeste.

A expectativa do governo é leiloar as distribuidoras em 30 de abril, na B3. Elas serão vendidas pelo valor simbólico de R\$ 50 mil, porém com compromisso de investimentos de R\$ 7,8 bilhões em cinco anos, para melhoria da qualidade do serviço.

Serão assumidos também R\$ 8,5 bilhões em créditos com fundos setoriais, mas que dependem da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para se concretizarem, sob o risco de se tornarem, na verdade, outros R\$ 4 bilhões em dívidas.

Na assembleia, a União também aprovou item que delega poderes ao conselho de administração da Eletrobras para deliberar sobre o exercício de opção da companhia de aumentar a participação em até 30% no capital social das distribuidoras, após o leilão de privatização das empresas. Nesse ponto, a União, porém, determinou que o conselho pode tomar a decisão, após manifestação prévia do Ministério da Fazenda.

Como determinou a venda das distribuidoras, conseqüentemente, a União votou pela reprovação dos itens que previam a liquidação dessas empresas. As seis distribuidoras são Amazonas Energia (AM), Ceron (RO), Eletroacre (AC), Ceal (AL), Cepisa (PI) e Boa Vista Energia (RR).

Marcada por protestos de sindicalistas e outros manifestantes não ligados à Eletrobras, a assembleia começou com mais de três horas de atraso. Antes do horário previsto para o início, às 14h, os manifestantes bloquearam as entradas do prédio e o auditório interno onde seria realizada a reunião. Eles impediram a entrada de acionistas e até de jornalistas no prédio. As horas seguintes foram marcadas pela tentativa dos acionistas de chegarem ao auditório. Em uma das oportunidades, eles tentaram acessar o recinto por meio do subsolo do complexo, mas foram barrados por manifestantes que se encontravam do outro lado do corredor que daria acesso ao saguão onde fica o auditório.

Enquanto os protestos do lado de fora do prédio foram, de forma geral, pacíficos, no interior do edifício, segundo relatos de funcionários da Eletrobras, houve ameaça à integridade física da equipe de relações com investidores que tentava organizar a assembleia. O grupo que conduziu a assembleia montou barricadas para se proteger dos manifestantes.

Em um dia de forte queda nos mercados, as expectativas sobre a privatização das distribuidoras sustentaram ganhos das ações da estatal. As preferenciais classe B (PNB) subiram 2,81%, a R\$ 25,57, e as ordinárias avançaram 2,75%, a R\$ 21,64. Segundo analistas, a venda das distribuidoras vai facilitar a privatização da holding. **(Colaborou Camila Maia, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Paranapanema vai elevar uso de matéria-prima de terceiros

A fabricante de cobre e produtos refinados Paranapanema enxerga no uso de matéria-prima de terceiros uma possibilidade para aumentar a ocupação da capacidade, melhorar a rentabilidade e alavancar seu resultado já a partir deste ano. Dado que a tendência de preços mais altos seja mantida, a empresa acredita que pode começar a diluir custos transformando o metal de terceiros no Brasil e vendendo ao exterior.

André Gaia, diretor financeiro da companhia, lembra que historicamente a Paranapanema funcionou como uma produtora verticalizada, que extrai o minério usado nas fundições e o processa em produtos de maior valor agregado. Mas o volume que poderia produzir caso também recebesse o fornecimento de terceiros dá um potencial multiplicador às operações.

"O que conseguirmos elevar além da capacidade que estava sendo usada já ajuda a diluir custos e melhora a competitividade da companhia em todas as linhas", explica o executivo, em entrevista ao **Valor**. Atualmente a fundição recebe até 280 mil toneladas por ano, mas no limite a capacidade total é de 570 mil toneladas de produtos.

Em teleconferência para comentar os resultados do quarto trimestre e de 2017, Marcos Câmara, presidente da empresa, ressaltou que no ano passado os esforços foram muito concentrados na reestruturação financeira, mas em 2018 a operação é o foco.

"Em 2017, dedicamos quase 75% do tempo à reestruturação, que foi bastante complexa", explicou Câmara. "Agora, queremos mudar a agenda financeira para ter 100% de foco na operação. O nosso uso de capacidade está muito abaixo do potencial."

A estratégia de ocupação da capacidade começa agora, mas a perspectiva é que avance ao longo do tempo, não imediatamente. A Paranapanema acredita que qualquer avanço já ajudaria a levantar as margens. Para se ter uma ideia, se não houver nenhuma surpresa de preços do cobre e a ocupação das unidades estivesse próxima a 100%, o custo fixo poderia ser cortado em quase 30%.

"Essa estratégia de alavancagem operacional nós estamos montando para o longo prazo, certamente não acontecerá já em 2018", ressaltava Gaia. "Mas, já neste ano, acreditamos que as medidas de produtividade vão melhorar o resultado operacional."

Não há uma meta formal, mas o desafio da empresa é fechar o ano no azul. Em 2017, a metalúrgica já diminuiu o prejuízo líquido em 64%, para R\$ 135,7 milhões, mas os efeitos da ociosidade - especialmente nos nove primeiros

meses, por falta de recursos no capital de giro - e a variação da dívida em dólar derrubaram a última linha do balanço.

Na teleconferência, Câmara comentou a busca por outros mercados externos. "Temos agora diversas iniciativas para ocupar novos territórios sobretudo no Oriente Médio e na Ásia, para fios e vergalhões", declarou. "A unidade de Utinga [Santo André] foca na região das Américas. Temos boa presença no Cone Sul, mas estamos no momento desenvolvendo oportunidades nos Estados Unidos."

Segundo Gaia, a percepção, em conversas com o parceiro distribuidor nos EUA, é de que há espaço para vender mais.

No mercado interno, já são observados sinais positivos de demanda pelo cobre principalmente dos setores automotivo, de eletrodomésticos - refrigeração, em especial - e até da construção civil. Falta, no entanto, a retomada da infraestrutura, diz Câmara.

Sobre dividendos, o executivo lembra que já havia a previsão para 2016, mas os acionistas toparam adiar o pagamento até que a situação melhorasse. "Pode ser pago até o fim de 2019. No futuro, dividendos vão depender do nosso resultado e da capacidade de absorver prejuízos acumulados."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Lucro da Total sobe 86%

A petroleira francesa Total informou que o lucro líquido cresceu 86,3% no 4º trimestre de 2017, na comparação com o mesmo período de 2016, de US\$ 548 milhões para US\$ 1 bilhão. Os principais motivos foram aumento da produção e a melhora dos preços para o barril de petróleo. Desconsiderando a variação de estoques e itens não recorrentes, o lucro cresceu 19%, para US\$ 2,87 bilhões, levemente abaixo da expectativa do mercado, de US\$ 2,89 bilhões, segundo levantamento da consultoria FactSet. A receita com vendas, na mesma base de comparação, cresceu 12,4%, para US\$ 41,4 bilhões. A produção totalizou 2,6 milhões barris de óleo equivalente por dia (boe/d) no quarto trimestre, aumento de 6%, graças à entrada em operação de novos campos.

Publicis cresce no país

Publicis, um dos maiores grupos de propaganda e marketing do mundo, conseguiu fechar o ano passado com crescimento de receita no Brasil, graças a um aumento de investimentos feito por Bradesco e Petrobras, duas contas conquistadas no início de 2017. A alta da receita no ano passado foi de 4,6% em relação a 2016, informou a companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Lucro da São Martinho cresce 3 vezes

O aumento das vendas de açúcar, etanol e energia elétrica, combinado a uma estratégia de redução de custos, rendeu ao grupo São Martinho um lucro líquido de R\$ 168,483 milhões no terceiro trimestre da safra 2017/18, o triplo do resultado do mesmo período do ciclo anterior e maior até que o lucro acumulado nos três primeiros trimestres da safra 2016/17 (de R\$ 164 milhões).

"Foi uma vitória operacional do que temos apostado em gestão de custos e eficiência", afirmou Fábio Venturelli, CEO da companhia, que em recente encontro com analistas detalhou investimentos em tecnologia para enxugar custos nas próximas safras.

As quatro usinas da companhia encerraram a moagem da temporada atual com 15% mais cana do que na safra anterior, somando 22,206 milhões de toneladas, e um teor de açúcar (ATR) 7,3% superior, de 139,8 quilos por tonelada de cana. Com mais matéria-prima, a São Martinho pôde elevar a produção sucroalcooleira e ainda aproveitar os melhores preços de açúcar e energia no último trimestre.

Mais volumosas, as vendas de açúcar - produto que responde pela maior parte do faturamento - somaram R\$ 410,485 milhões, enquanto as vendas de etanol hidratado - mais contidas na primeira metade desta safra - renderam 75% mais do que no mesmo trimestre da temporada passada.

"[O aumento ocorreu] apesar dos preços de etanol estarem piores do que no mesmo trimestre do ano passado", observou. Embora os preços do biocombustível nos postos tenham subido ao longo do trimestre, sobretudo em dezembro, o valor líquido recebido pelas usinas foi menor porque a carga tributária aumentou, explicou.

Houve ainda forte contribuição da receita de vendas de energia elétrica, ressaltou Felipe Vicchiato, diretor financeiro da São Martinho. O preço médio da energia vendida pela empresa subiu 40%, para R\$ 230,70 o megawatt-hora

(MWh), impulsionado pela alta da energia no mercado livre. Além disso, a consolidação da Usina Boa Vista, em Quirinópolis (GO) - antes compartilhada com a Petrobras - ajudou a melhorar os volumes vendidos.

Dessa forma, a receita líquida subiu 21,7%, para R\$ 899,679 milhões, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado cresceu 45,6%, a R\$ 497,440 milhões.

A expectativa é que o desempenho operacional seja mais forte neste último trimestre, já que a São Martinho ainda tem 35% da produção do exercício a vender. Os estoques no fim do último trimestre eram bem maiores que um ano antes. Só de etanol hidratado havia 172,860 milhões de litros, alta de 244,8%.

Esse aumento dos estoques demandou mais capital de giro, o que elevou a dívida líquida para R\$ 2,954 bilhões, aumento de 14,3%. Como o resultado operacional cresceu em maior proporção na comparação anual, porém, a alavancagem encerrou o trimestre em 1,61 vez, ante 2,09 vezes no mesmo trimestre da safra passada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Daniela Meibak e Renato Rostás | De São Paulo

Título: Custo alto encolhe emissão externa da CSN

A volatilidade presente nos mercados internacionais desde a última sexta-feira prejudicou os planos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de levantar US\$ 1 bilhão no exterior. Ontem, a empresa captou apenas US\$ 350 milhões em bônus de cinco anos pagando um retorno ao investidor ("yield") de 7,875% - teto da taxa indicada na abertura da operação -, considerado alto pela própria empresa, segundo o **Valor** apurou.

A situação global fez com que os investidores ficassem avessos a riscos mais altos, como é o caso da siderúrgica, cobrando mais prêmio para comprar os papéis. Pela estimativa de um banqueiro, os títulos poderiam ser vendidos com uma taxa de até 100 pontos-base menor se a operação tivesse sido lançada na semana passada.

Diferentemente de janeiro, conta o interlocutor, o investidor hoje está mais resistente a aceitar redução nas taxas. "Três grandes nomes fizeram ordens de US\$ 100 milhões cada para a taxa de 8%, mas retiraram com indicação de taxa perto de 7,90%. Eles não aceitaram nem 10 pontos de diferença", diz.

Diante desse custo, a gigante de siderurgia desistiu dos planos de levantar US\$ 1 bilhão em bônus e vendeu um montante menor para não ficar presa com uma dívida tão cara. A estratégia foi manter a operação para ter novos compradores para seus papéis, possibilitando um retorno ao mercado assim que as condições estiverem melhores. Procurada, a CSN não quis comentar.

Nesse cenário, a oferta de recompra anunciada na última semana deve se limitar a US\$ 350 milhões. A intenção da empresa é tirar prioritariamente títulos com vencimento em 2019 e, o que sobrar, vai para os de 2020.

A CSN tinha certa urgência em conseguir rolar esses papéis. Ela ainda não assinou definitivamente a renegociação de vencimentos com a Caixa Econômica Federal, tendo fechado apenas com o Banco do Brasil. Os termos com a Caixa já estão acertados, mas ainda faltavam alguns compromissos, segundo uma fonte: a recompra dos bônus e a venda de um ativo de valor relevante.

A emissão dos títulos e alongamento da dívida aliviam um pouco a situação da empresa. Sobram cerca de R\$ 7,5 bilhões de dívida a pagar até o fim de 2019, levando em conta o câmbio atual e a recompra das notas de 2019, com caixa de aproximadamente R\$ 4 bilhões, segundo dados de setembro. Os cálculos não levam em conta a geração de caixa desde então, nem desinvestimentos.

Os ativos com maior probabilidade de serem alienados são a participação na concorrente Usiminas, de 16,4% do capital social que a valor de mercado atual valeriam R\$ 2,5 bilhões, e a LLC, uma laminadora nos Estados Unidos. O **Valor** apurou que o ativo americano, apesar da alta qualidade, é muito de nicho, e a CSN enfrenta dificuldades de enviar a matéria-prima (laminados a quente) por conta de uma tarifa antidumping.

A oferta de bônus foi coordenada por BB Securities, Bank of America Merrill Lynch (BofA), Bradesco BBI e Morgan Stanley.

MME / ASCOM .